

BOAS EXPECTATIVAS

Requerimento de pedido de inclusão na pauta do Senado foi assinado por 41 senadores para a votação da Proposta de Emenda à Constituição

População quer igualdade e pede fim do foro privilegiado



A FAVOR Simone Barreto, 42, empresária acredita em justiça igualitária para todos



DEVOLUÇÃO Adeneval dos Santos, 66, aposentado, pede restituição dos valores



DESEMPREGADO Hudson Tonet, 29, afirma que os políticos devem trabalhar pelo povo



SEM ESTREIA Francieli Ferreira, 20, quer fim da corrupção para melhorar economia



DONA DE CASA Alderina Araújo Martins, 51, reclama de todos os recursos furtados



ARTESÃO José Maurício Maion, 56, quer fim do foro privilegiado aos políticos

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

O foro privilegiado é uma garantia dada a algumas autoridades com o objetivo de proteger o exercício da função ou mandato. O clamor popular tomou as ruas no próximo dia 26, com mobilização em prol da votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), de autoria do Álvaro Dias (PV-PR), que trata do fim do foro privilegiado. Em Jundiá o povo espera por igualdade. "Vejo que está nascendo uma nova Justiça em nosso País, onde aque-

le conceito antigo está superado, de que a Justiça existia apenas para os pobres e onde ricos e poderosos são protegidos ficando sem punição pelos seus crimes. Ficou extremamente esperançosa com o fim do foro privilegiado, pois a Justiça é igual para todos", explica a empresária Simone Barreto, 42 anos. O artesão José Maurício Maion, 56 anos, também é favorável à votação da PEC. "Se errar, precisa pagar. A Justiça deve ser igual para todos. Ninguém deve ter privilégio", sentença. O aposentado Adeneval Figueira dos Santos, 66 anos, gostaria que os julgamentos dos políticos corruptos fosse mais rigoroso. "Eles devem ser julgados como qualquer pessoa que comete um crime. Mas a pena, para

eles, deveria ser maior. Além de presos, a Justiça deveria retirar o dinheiro do enriquecimento ilícito. O trabalhador demora a vida inteira para conseguir comprar uma casa. Eles, em quatro anos, compram centenas de casas para eles e para a família", argumenta. "O povo deve questionar, cobrar e participar mais. Afinal, somos nós que pagamos os salários dos políticos. Eles devem ser julgados e condenados como qualquer outra pessoa. Eles trabalham para o povo", explica o soldador desempregado há um ano e meio, Hudson Tonet, 29 anos. "Se em coisas simples a pessoa é julgada e condenada, qual o motivo para que os políticos possam ter privilégios e condenações menores, se os furtos que prati-

cam são de milhões e milhões?", critica a dona de casa Alderina Araújo Martins Gonçalves, 51 anos. Ainda sem estrear a carreira profissional, Francieli Ferreira, 20 anos, aponta como causa de sua falta de oportunidade de emprego a situação do País. "A corrupção atrapalhou a economia e por consequência uma geração de jovens que ainda não tiveram oportunidade de trabalho. Acredito que todos devem ser julgados igualmente. Se cometeram crimes e prejudicaram toda a uma nação, devem ser condenados como qualquer cidadão que pratica ações delituosas", analisa. O princípio geral do direito, segundo o qual todos são iguais perante a lei, não devendo ser feita nenhuma

distinção entre pessoas que se encontrem na mesma situação, é a isonomia. Segundo o especialista em Direito Constitucional, João Jampeolo Junior, o foro privilegiado fere este princípio. "Nenhuma autoridade pode ter foro privilegiado. O Supremo Tribunal Federal (STF) é o guardião da Constituição. Os julgamentos no STF demoram anos e a morosidade pode acarretar na prescrição do prazo. Por isso, em muitos casos, os réus acabam ficando livres", explica. O especialista lembra que o foro privilegiado é uma herança da época da coroa portuguesa que persiste em pleno século 21. PEC Um grupo formado por 41 senadores de diversos partidos assinou um requere-

mento para a PEC, que põe fim ao foro especial por prerrogativa de função, o chamado foro privilegiado, ser incluída na pauta de votações do plenário do Senado. A proposta está na Casa há anos, contudo, não é colocada em votação. Para o especialista, o momento é oportuno, pois existe movimentação neste sentido. Os parlamentares que assinaram o requerimento podem, eventualmente, retirar as assinaturas, o que poderia inviabilizar a inclusão da proposta na pauta de votações do Senado. Mas a fuga causaria impacto na sociedade, já que a população está mobilizada, principalmente pelas redes sociais, para acompanhar a proposta e pontos de vistas dos parlamentares.

ELEITORAL

Brechas diminuem chances de punir caixa 2 em delações de campanhas

Políticos acusados da prática de caixa dois clássico, ou seja, de ocultar da Justiça Eleitoral a real movimentação financeira de suas campanhas, têm se beneficiado de brechas na legislação para escaparem de punição criminal e eleitoral. Quando não há indício de malversação de dinheiro público, os casos de caixa dois são enquadrados criminalmente em um artigo do Código Eleitoral, o 350, de falsidade ideológica, em que não há jurisprudência pacífica no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para condenação. A lei diz que a pena poderia ser de até cinco anos de prisão, mas, segundo o tribunal, até hoje não houve condenação neste sentido. Já em julgamento somente eleitoral, com a pena de perda de mandato e inelegibilidade, há o risco de não haver tempo hábil para punição se a acusação ocorrer fora do prazo estipulado pela Constituição. "O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de 15 dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude", segundo a Constituição. Nos depoimentos decorrentes de delações premiadas, executivos da Odebrecht relataram que a empreiteira gastou de US\$ 70 milhões a US\$ 680

milhões para financiar campanhas eleitorais no Brasil via caixa dois entre 2006 e 2014. Marcelo Odebrecht, ex-presidente e herdeiro do grupo, contou aos procuradores da Lava Jato que parte da doação de R\$ 150 milhões à campanha da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer foi por meio de caixa dois. O ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura Benedito Júnior, o BJ, disse em depoimento ao TSE que a empreiteira baiana doou R\$ 9 milhões por fora para campanhas eleitorais do PSDB. Diante dessas e de outras revelações, lideranças políticas de vários partidos têm buscado um discurso para minimizar o peso do uso da prática de caixa dois eleitoral. Nos pedidos de abertura de 83 inquéritos para investigar políticos citados pela Odebrecht, a Procuradoria-Geral da República tem buscado diferenciar o chamado caixa dois "puro", sem prova de contrapartida ilícita, do caixa dois em que há elementos que mostram que, em troca da doação por fora, houve pagamento de vantagem indevida. Para aqueles que aparecem com alguma suspeita de terem atuado em favor dos doadores ou que tenham prometido alguma ação nesse sentido, a PGR pede investigação pelo crime de corrupção passiva,

cuja pena de prisão pode chegar a até 12 anos. O ministro Henrique Neves, TSE, reconhece que a limitação para o pedido de impugnação de uma chapa suspeita de caixa dois dificulta sua punição no campo eleitoral, mas ressalta que há espaço ainda no campo criminal, mesmo que não haja jurisprudência formada. "Permanece o prazo para o oferecimento de ação penal em razão de informação falsa que tenha sido prestada, pois o crime só prescreve em 12 anos", disse. O advogado eleitoral Ricardo Vita Porto também alerta que a questão não está ainda consolidada. "Há outros precedentes do TSE indicando que esta análise deve ser feita somente após o recebimento da denúncia. Havendo indícios de materialidade e autoria a denúncia deve ser recebida, dando assim início a ação penal contra os acusados", diz. **Lacunas** Ainda que uma jurisprudência de condenação criminal do caixa dois 'puro' venha a ser consolidada pela Justiça no futuro, há outras duas formas de os políticos escaparem de uma prisão. A primeira é utilizando um artigo da lei que prevê suspensão de processos, por dois a quatro anos, em casos em

que os crimes têm como mínimo o período igual ou inferior a um ano. De acordo com a legislação, expirado esse prazo, sem revogação, a punibilidade estará extinta. A outra forma, como já foi alertado até mesmo pelo Ministério Público, é a não apresentação da prestação de contas. Assim, não poderá haver a acusação de omissão ou falsificação de documento, justamente aquilo que poderia gerar uma ação. O prefeito de Araraquara (SP), Edinho Silva, ex-tesoureiro da campanha de 2014 da ex-presidente Dilma Rousseff, voltou a dizer ontem, em depoimento ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que a campanha da petista ocorreu totalmente dentro da legalidade. Edinho negou ter participado de ações para arrecadar recursos por meio de caixa 2. "A coligação existiu sim, mas existiu em uma composição natural de campanha e ocorreu dentro da legalidade. Eu jamais, em hipótese alguma, participei de nenhum diálogo que tenha tabulado doações de campanha por caixa 2. Ao contrário. A campanha da presidenta Dilma agiu totalmente dentro da legalidade, de forma ética e seguindo todos os preceitos legais estipulados pela legislação brasileira", disse após seu depoimento. (Das Agências)

'CARNE FRACA'

Governo pretende reduzir impacto

O governo trabalha para reduzir os impactos da operação "Carne Fraca" no mercado interno e externo. A União Europeia e os Estados Unidos pediram informações. Ontem, técnicos e diretores do Ministério da Agricultura fizeram várias reuniões. Hoje, o presidente Michel Temer vai fazer duas reuniões, no Palácio do Planalto, para discutir o assunto. Primeiro, com o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, e depois com representantes das associações de produtores. O Brasil é o segundo maior produtor de carne bovina do mundo e o maior exportador. O setor vendeu para mais de 150 países no ano passado e agora se preocupa com os impactos negativos do esquema de venda de carne adulterada, revelado pela Polícia Federal. A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne Bovina (Abjec) divulgou nota informando que nenhuma unidade de carne bovina dos 29 associados foi citada na denúncia e que segue as normas e padrões nacionais e internacionais de segurança para produção e venda tanto ao mercado interno quanto externo. A Associação Brasileira de Proteína Animal também divulgou nota destacando que

o Brasil é reconhecido internacionalmente pela qualidade dos produtos, que são auditados não só por órgãos brasileiros, mas também por técnicos dos países que importam nossa carne. A agência de notícias Reuters divulgou reportagem informando que o serviço de segurança e inspeção de alimentos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos está em contato com o governo brasileiro, monitorando a situação, e lembrou que toda carne que entra nos Estados Unidos passa por uma reinspeção. **O dia seguinte** Técnicos do Ministério da Agricultura passaram a manhã de ontem em reuniões. A União Europeia pediu oficialmente informações ao governo brasileiro sobre a operação da Polícia Federal. Representantes de outros países também entraram em contato, querem saber a dimensão do problema e o que as autoridades brasileiras estão fazendo. O governo está trabalhando para tentar reduzir o impacto causado pelos fatos revelados nas exportações brasileiras. Vai divulgar uma nota técnica para os países que importam carne do Brasil, informando que o problema foi pontual. (Das Agências)